

DESPACHO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL

Processo n.º 1234/24.5T8LSB

Vara 2.ª Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Autor / Requerente: XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., NIF 508 123 456, sede em Av. das Forças Armadas, 45, 1600-021 Lisboa.

Réu / Requerido: ABC – Consultoria Empresarial, Lda., NIF 509 987 654, sede em Rua de São Bento, 120, 1200-821 Lisboa.

Mandatários: Dr. João Silva – OAB/Adv. 12345 (XYZ) e Dra. Maria Fernandes – OAB/Adv. 67890 (ABC).

Juiz: Dr. Carlos Mendes, Juiz da 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Lisboa, 15 de março de 2024

I – RELATO

1. O autor, XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., promoveu ação declarativa de resolução de contrato de prestação de serviços contra a ré, ABC – Consultoria Empresarial, Lda., alegando incumprimento grave das obrigações contratuais (art.º 474.º do Código de Processo Civil – CPC).
2. Em audiência de conciliação realizada a 5 de março de 2024, as partes apresentaram proposta de solução amigável, que foi aceita por ambas as partes, nos termos do art.º 613.º, n.º 1, CPC.
3. A proposta consiste na celebração de **Acordo de Solução Amigável**, que prevê:

Cláusula	Descrição
1. Resolução do Contrato	As partes reconhecem a resolução do contrato de prestação de serviços datado de 10 de janeiro de 2022, com efeitos retroativos à data de 30 de novembro de 2023.
2. Restituição de Pagamentos	A ré compromete-se a restituir ao autor a quantia de € 85 000,00 (oitenta e cinco mil euros), referente a pagamentos antecipados, no prazo de 15 dias úteis a contar da homologação.
3. Indemnização por Perdas e Danos	A ré pagará ao autor a quantia de € 120 000,00 (cento e vinte mil euros), a título de perdas e danos, a ser liquidada em parcela única, no prazo de 30 dias úteis após a homologação.
4. Confidencialidade	As partes obrigam-se a manter confidencialidade sobre os termos do presente acordo, nos termos do art.º 20.º da Lei n.º 41/2015.
5. Renúncia de Reclamações Futuras	As partes renunciam a quaisquer outras reclamações relacionadas com o contrato objeto da presente ação.
6. Cumprimento	O presente acordo será homologado por este Juízo e, uma vez homologado, produzirá efeitos de coisa julgada nos termos do art.º 62.º, n.º 2, CPC.

4. As partes apresentaram, em anexo, a **certidão de quitação fiscal** e a **declaração de inexistência de impedimentos** para a celebração do acordo, cumprindo, assim, os requisitos legais exigidos para a sua homologação.
5. Não foram suscitadas impugnações ou reservas por parte de quaisquer dos mandatários.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. O art.º 613.º, n.º 1, do CPC autoriza o juiz a homologar acordo celebrado entre as partes, desde que observado o princípio da legalidade e os direitos de terceiros.
2. O acordo ora apresentado cumpre integralmente as exigências do art.º 613.º, n.º 2, CPC, nomeadamente:
 - a) **Capacidade jurídica** das partes – comprovada pelos respetivos NIF e certidões de registo comercial;
 - b) **Objeto lícito** – resolução de contrato e pagamento de quantias devidas;
 - c) **Forma escrita** – documento assinado por ambas as partes e pelos seus mandatários;
 - d) **Ausência de vício de consentimento** – não há indícios de coação, dolo ou erro substancial.
3. Nos termos do art.º 474.º, n.º 1, CPC, a resolução do contrato pode ser reconhecida judicialmente, mas, mediante acordo, pode ser efetivada de forma consensual, evitando a continuação do litígio.
4. O pagamento das quantias acordadas está em conformidade com o princípio da reparação integral dos prejuízos (art.º 483.º, CPC).
5. A cláusula de confidencialidade respeita a Lei n.º 41/2015, de 8 de junho, sobre a proteção de segredos de negócio.

III – DISPOSITIVO

1. **Homologo o Acordo de Solução Amigável** apresentado pelas partes, nos termos descritos na tabela do ponto I.3, declarando a **resolução do contrato de prestação de serviços** celebrado em 10 de janeiro de 2022, com efeitos retroativos a 30 de novembro de 2023.
2. **Determino** à ré, ABC – Consultoria Empresarial, Lda., que proceda ao pagamento das quantias indicadas nas cláusulas 2 e 3 do acordo:
 - **€ 85 000,00** (oitenta e cinco mil euros) a título de restituição de pagamentos antecipados, no prazo de 15 dias úteis a contar da data de homologação;
 - **€ 120 000,00** (cento e vinte mil euros) a título de indemnização por perdas e danos, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de homologação.
3. **Fica** a parte ré obrigada a apresentar, até ao dia 30 de março de 2024, comprovativo bancário da efetivação dos pagamentos referidos, sob pena de execução coerciva nos termos do art.º 724.º, CPC.
4. **Intime-se** as partes e os seus mandatários para que, no prazo de 10 dias úteis, procedam à assinatura da **certidão de homologação** a ser juntada aos autos.
5. **Publique-se** o presente despacho nos termos do art.º 62.º, n.º 2, CPC, para que produza efeitos de coisa julgada e encerre o presente processo.
6. **Custas:** As partes suportarão as custas processuais na proporção de 50% cada, nos termos do art.º 84.º, n.º 2, CPC.
7. **Registre-se e archive-se.**

Lisboa, 15 de março de 2024

Dr. Carlos Mendes

Juiz da 2.^a Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Assinaturas:

Dr. João Silva – OAB/Adv. 12345 (XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.)

Dra. Maria Fernandes – OAB/Adv. 67890 (ABC – Consultoria Empresarial, Lda.)